



20 de setembro | 15h00 | Assista à Fast Talk na plataforma multimédia JETv, em www.jornaleconomico.pt

Finanças Verdes

Da ambição climática à ação climática

Com Rodolfo Varela Pinto, Partner, Sustainable Finance Leader, EY



Em parceria com:

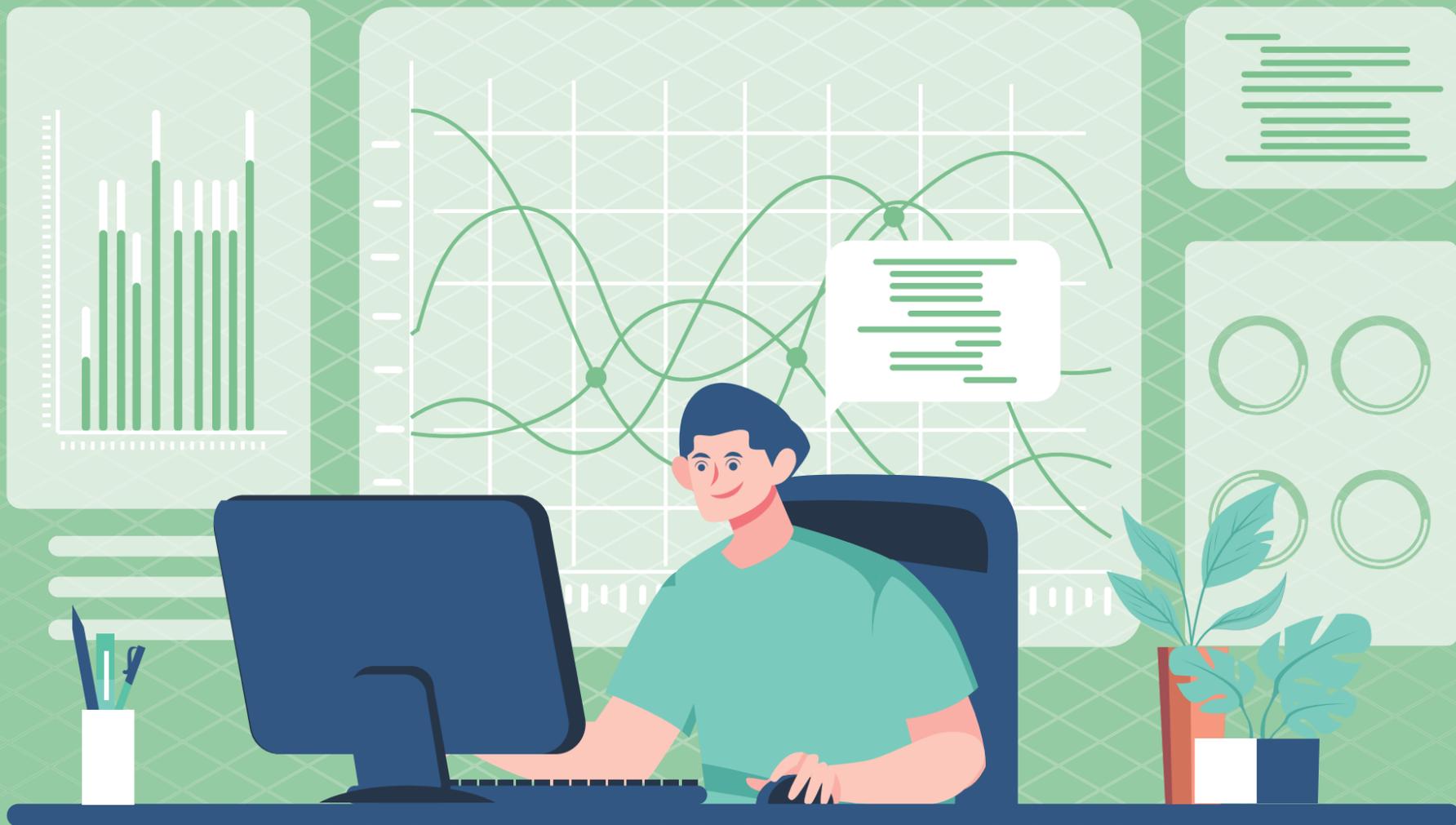


Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico N° 2163 não pode ser vendido separadamente

16 setembro 2022 **Especial** | 1



ESPECIAL



Finanças Verdes

O DESAFIO DE MUDAR O MUNDO

As finanças sustentáveis são cada vez mais uma realidade. Não só os investidores estão cada vez mais focados nesta temática, como o sistema financeiro está a preparar-se para desempenhar um papel crucial na promoção de práticas sustentáveis por parte das empresas. Mas há vários desafios no horizonte que terão de ser superados.

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

Banca chamada a avaliar ESG das empresas em plena crise de energia ■ P2

ESTUDO

Descarbonização das financeiras implica caminho bem delineado e realista

Apesar dos desenvolvimentos recentes na definição de métricas padronizadas para a avaliação de objetivos de neutralidade carbónica, o caminho a percorrer para o 'net-zero' é ainda longo, refere a EY. ■ P6

ENSINO SUPERIOR

Finanças sustentáveis estão a entrar na oferta formativa ■ P8

FÓRUM

As políticas ESG deviam ter uma abordagem mais simplificada para as empresas? ■ P10



FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

Banca chamada a avaliar ESG das empresas em plena crise de energia

Em julho a “The Economist” escreveu um artigo intitulado: “ESG: The three letters that won’t save the planet” que aponta a política ESG como extremamente complicada que impede as empresas de progredirem nos seus negócios. A simplificação do ESG entrou na agenda.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

É quase tão unânime como a Rainha Isabel II a opinião de que é necessária uma nova economia sustentável, tal como a percepção de que a indústria bancária tem um papel fundamental nessa transição pela possibilidade de direcionar recursos para a descarbonização e para financiamentos que considerem as questões ESG no processo

de concessão de crédito. Mas essa verdade inofismável tem vindo a ser vista com outros olhos, sobretudo num contexto de crise económica e energética. Pode dizer-se que 2022 foi o ano em que o ESG tremeu.

De repente o processo de transição para uma economia de baixo carbono ficou prejudicado pela escassez do gás russo decorrente do conflito na Ucrânia e sanções à Rússia. Basta ver que, em junho, a Alemanha e Áustria anunciaram

Numa altura em que as empresas veem os custos de produção dispararem, começa a questionar-se se não se deve simplificar os requisitos ESG

que vão retomar a produção elétrica a carvão para reduzir a necessidade de gás russo.

Se é verdade que os bancos estão conscientes que vão ter de começar a avaliar os riscos ambientais dos créditos que concedem às empresas, o que terá impacto nos custos do financiamento desses clientes, também é verdade que eficácia dos critérios ESG (Environmental, Social e Governance), para as empresas começa a ser posta em causa devido à sua complexidade. Re-

corde-se que se está a tentar alcançar o objetivo de atingir as emissões líquidas zero, o que é um processo muito caro.

Novas regras podem ser esmagadoras

O número de novas regras para as empresas e para os bancos pode ser esmagador. A esse propósito, em julho, a “The Economist” escreveu um artigo, que foi capa, intitulado: “ESG: The three letters that won’t save the planet”.



Bloomberg

De acordo com a “The Economist”, a política ESG é extremamente complicada e os líderes empresariais não conseguem progredir nos seus negócios quando são forçados a concentrar-se em demasiadas áreas da ESG. Em vez disso, “devemos concentrar-nos simplesmente nas emissões de carbono”, defendia a revista britânica.

A “The Economist” apresentou a ideia de que a adopção de uma abordagem muito simplificada a um problema complexo pode ser útil para as empresas, numa altura em que se confrontam com uma forte subida dos custos da energia.

Já há ratings para avaliar a sustentabilidade ecológica e social das empresas. O S&P Global Ratings classifica as empresas com base nas boas práticas ambientais, sociais e de governança o que remete para intenção de olhar para as empresas de forma holística, indo além das métricas financeiras tradicionais. Sendo o rating uma medida do custo do financiamento das empresas, e, numa altura em que as empresas veem os custos de produção dispararem, começa a questionar-se se não se deve simplificar os requisitos ESG, sob perigo de serem mais pressão sobre empresas fustigadas com os custos da energia.

Nos últimos anos, o tema ESG e a transição para uma economia de baixo carbono tem entrado na pau-

ta das principais agendas corporativas e ganhado cada vez mais destaque na indústria bancária. É mais ou menos consensual que as instituições bancárias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do financiamento sustentável, sendo este definido como o financiamento que, para além de considerar os aspetos financeiros tradicionais como a rentabilidade,



Miguel Maya
CEO
do Millennium bcp



Pedro Castro e Almeida
CEO
do Santander Totta

a liquidez e a solidez financeira na avaliação dos projetos de investimentos das empresas, integra também aspetos não financeiros relacionados com os critérios ESG como o risco de transição, o risco físico, as condições de trabalho e as práticas de governance.

Apenas 20% dos bancos inclui risco climático no crédito

O Banco Central Europeu (BCE) realizou este ano “testes de stress climático”, o que foi tido como um exercício de aprendizagem para avaliar a preparação dos bancos para lidar com o risco climático. Em julho chegaram os resultados a esses testes que o BCE realizou a um total de 104 bancos da zona euro que supervisiona.

Os testes de ‘stress climático’ do BCE mostram que os 41 maiores bancos da zona euro enfrentariam inicialmente perdas de crédito e de mercado de 70.000 milhões de euros na transição desordenada para uma economia mais verde. Pelo que o BCE considera que os bancos precisam de concentrar mais atenção no risco climático. Além disso, a maioria dos bancos não inclui o risco climático nos seus modelos de risco de crédito. Apenas 20% têm-no em conta como variável na concessão de crédito.

Os resultados dos testes de stress indicam ainda que quase dois terços das receitas dos bancos provenientes de empresas provêm de setores que emitem muitos gases com efeito de estufa.

O BCE já assumiu que o clima é um risco financeiro na concessão de crédito. “Um banco pode continuar a financiar uma empresa poluidora, mas isso aumenta o seu risco e os rácios de requisitos de capital, o que não será bom para o banco”, tem dito publicamente a economista Sofia Santos, Fundadora da Systemic e Professora do ISEG.

Banqueiros não temem impacto do ESG no crédito

Sobre a tese que as empresas mais poluentes poderão ser afetadas no acesso a financiamento bancário, os CEOs dos bancos portugueses não a subscrevem e não acreditam que venham a ser impedidos pelo regulador de financiar clientes com base em critérios ESG. Antevem antes que serão chamados a apoiar a transição energética dos seus clientes. Mas alertam que “esta transição tem de ser feita com muito bom senso”, defendeu publicamente o CEO do BPI.

“A banca irá ter um papel importante na transição para uma economia mais verde e mais digital, mas não vamos pôr em cima da banca todo o ónus dessa transformação”, disse num recente fórum, João Pedro Oliveira e Costa.

Os novos desafios impostos pelos critérios da ESG “trazem uma pressão acrescida sobre a banca”, defendeu o CEO do BPI. Até porque as empresas clientes, que são muitas vezes PME, “não vão conseguir cumprir os requisitos internacionais de produção ‘verde’ e os bancos correm o risco de serem penalizados no capital por financiarem empresas mais poluentes”,

o que as vai obrigar a subir os *spreads* do crédito das empresas mais carbónicas.

Miguel Maya, CEO do BCP, numa das muitas conferências sobre o tema, alertou para o facto de os incentivos inerentes à avaliação dos requisitos ESG, poderem condicionar a correta alocação de recursos. “Inicialmente não podíamos financiar os setores mais poluentes, mas hoje já não é esse o tema do regulador”, lembrou o CEO do BCP que disse que é preciso tratar bem os riscos de transição e os riscos físicos.

O CEO do BCP é também apologeta “dos incentivos fiscais para incentivar a transição” das empresas para a economia verde.

“Há quantas décadas estamos a falar de uma contragarantia do Estado para um seguro que proteja os riscos sísmicos? Segurar os riscos físicos é ainda mais importante a nível europeu”, defendeu.

“Se calhar o que é hoje *brown* vale a pena apoiar para se tornar *green* e o que é hoje *green* amanhã pode ser *brown*”, tem dito Pedro Castro e Almeida, CEO do Santander Totta. “O foco tem de estar no cliente” sendo o papel do banco ajudar os clientes na transição climática e transição digital, defende.

Pedro Castro e Almeida admitiu na apresentação de resultados que é preciso saber o que vai o BCE estipular em termos de consumo de capital, ou seja, quais são os incentivos que vão ser criados aos bancos para financiarem empresas mais verdes, podendo mesmo haver ponderadores de capital mais altos para empréstimos a empresas com mais carbono no processo produtivo. O caminho para uma sociedade mais inclusiva e sustentável, “também se faz através do empoderamento financeiro, do fomento à educação, empreendedorismo e emprego”, lembra o Santander.

Ciente da importância do financiamento sustentável e inclusivo, vertido na sua Estratégia de Sustentabilidade para o período de 2021-2024, a Caixa Geral de Depósitos revelou que está a apoiar as empresas a fazerem a transição para uma economia de baixo carbono através de modelos de negócio mais resilientes a riscos climáticos, ambientais e sociais, em prol de um desenvolvimento mais sustentável. A CGD foi o 1º banco em Portugal com um Modelo de Rating ESG para os seus clientes segmento empresa de todos os setores de atividade, cujos resultados impactam as estratégias de financiamento sustentável aos clientes, apoiando-os na transição para uma economia de baixo de carbono e inclusiva.

Em maio, o Novobanco anunciou ter como meta financiar 600 milhões de euros de dívida “verde” até 2024. A meta faz parte do Plano Estratégico para 2024 e o banco já tomou firme duas emissões de dívida da Sonae SGPS e Modelo Continente indexadas a indicadores ESG.

A Caixa também tem feito emissões de dívida sustentável. O BPI, por sua vez, quer quatro mil mi-

lhões de euros em negócio sustentável até 2024, sendo que destes, 2 mil milhões são financiamento para a transição sustentável e 2 mil milhões estão na área da gestão de ativos. A meta faz parte do Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024 que traduz os compromissos ESG do banco até 2024.

Nos bancos mais pequenos o tema também está na agenda. Em junho o Crédito Agrícola lançou o selo sustentável para uma melhor identificação das iniciativas de carácter sustentável.

CERS alertou para riscos de transição desordenada

Em julho o BCE alertou que um aumento do preço do carbono pode levar à falência de empresas em cadeia. Num relatório em conjunto com o Comité Europeu do Risco Sistémico (CERS), o BCE defendeu que, “num cenário de transição desordenada, em que há um aumento imediato e substancial dos preços do carbono, as perdas de mercado para as seguradoras e fundos de investimento, respetivamente, poderiam atingir 3% e 25% de ativos submetidos a testes de stress a curto prazo”. O BCE defende que eventos climáticos graves põem em risco a estabilidade financeira e que uma transição ordenada para emissões zero em 2025 poderia suavizar o impacto e aliviar os efeitos nas empresas e bancos, reduzindo a probabilidade de falências das empresas entre 13% e 20% em 2050, em comparação com as atuais políticas climáticas. Os bancos também teriam menos perdas com empréstimos a essas empresas, nessa tese.

Para a Comissão Europeia, a taxonomia ambiental de uma atividade sustentável implica que tenha de ter critérios mínimos ambientais, sociais e de governação. Existe uma taxonomia da UE e as empresas usam-na para reportar a sustentabilidade das suas atividades de acordo com a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade das Empresas (CSRD). As gestoras de ativos utilizam esta informação para informar sobre a sustentabilidade dos seus produtos de acordo com o Regulamento de Divulgação de Serviços Financeiros.

No entanto, a taxonomia da UE foi adiada várias vezes e por várias razões. Entre essas razões inclui-se o intenso debate entre os Estados-Membros sobre se a energia nuclear e o gás são ou não sustentáveis. A apresentação de informação por parte das empresas só será obrigatória em 2023 e os detalhes técnicos sobre como apresentar os produtos de sustentabilidade das gestoras de ativos não serão aplicados até lá.

Entretanto outro tema surge em paralelo com a sustentabilidade, a necessidade de salvar o crescimento económico. Esta quarta-feira, a presidente da Comissão Europeia, no seu discurso sobre o “Estado da União” realçou que é preciso “financiar a transição para uma economia digital e de emissões zero”, mas também “assegurar a sustentabilidade orçamental”. ■



Reuters

SUSTENTABILIDADE

Supervisores apontam baterias ao 'greenwashing'

A CMVM, o BdP e a AFS referem a importância da disponibilização de informação clara e transparente em matéria de sustentabilidade para assegurar a proteção e confiança dos investidores no mercado, num cenário em que as finanças verdes são cada vez mais importantes.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
dszds@jornaleconomico.pt

Com a urgência global no sentido da transição para uma economia sustentável, é de esperar que a evolução natural dos mercados passará pela adoção de práticas sustentáveis por parte das entidades sujeitas à supervisão dos reguladores dos mercados financeiros. Mas apesar da implementação de fatores ambientais, sociais e de governo societário (ESG, na sigla em inglês) estar a ser alvo de uma maior atenção por parte das empresas e dos investidores, tem-se verificado também a existência do chamado *greenwashing*, isto é, a falsa promoção da adoção de práticas sustentáveis.

Para evitar que os investidores comprem gato por lebre no que diz respeito a investimentos em entidades com práticas ditas sustentáveis, a CMVM diz estar atenta ao risco de *greenwashing*. Um ponto fulcral apontado pelo regu-

lador do mercado de capitais nacional é a comunicação com as entidades que supervisiona, guiando as mesmas na transição para as finanças sustentáveis.

“É essencial garantir não só um nível adequado de proteção dos investidores que demonstrem preferências ESG, como também assegurar uma efetiva transição para as finanças sustentáveis e um nível justo de concorrência entre os operadores de mercado, prevenindo comportamentos abusivos”, refere fonte oficial da CMVM em declarações ao Jornal Económico (JE), salientando que, em linha com o enquadramento europeu vigente, consultou o mercado recentemente sobre propostas para introduzir mecanismos de reforço do conhecimento dos colaboradores sobre os riscos e fatores de sustentabilidade.

“Importa acompanhar e apoiar, também na identificação e mitigação de riscos potenciais que comportam”, explica o regulador. Neste sentido, a CMVM afiança estar

“particularmente atenta” à qualidade da informação sobre ESG e está “a atuar em todos os segmentos sob a sua competência de supervisão, nomeadamente na área de emittentes, fundos de investimento e de intermediação financeira”.

Segundo o do Relatório de Supervisão sobre Fatores de Sustentabilidade nos Emitentes Cotados, publicado pela CMVM em março deste ano, ainda há trabalho a fazer em relação a questões relacionadas com emissões de dívida sustentável, bem como assegurar uma correta divulgação de informação não financeira. O foco da CMVM está na alteração dos modelos de avaliação da adequação dos instrumentos financeiros oferecidos ao investidor, para aferir de forma eficaz as preferências dos investidores em matéria de sustentabilidade.

Os supervisores de mercado têm trabalhado para que a confiança dos investidores atentos à sustentabilidade não seja abalada, e o greenwashing é dos principais desafios

Transparência é fulcral

De modo semelhante, para o Banco de Portugal (BdP), o financiamento sustentável só é impulso-

nado com a “disponibilidade, qualidade e comparabilidade da informação relacionada com emissões de GEE, poluição, consumo de recursos naturais”, refere a entidade supervisora da banca ao JE. “Só assim podem os investidores avaliar devidamente aplicações alternativas e ter a garantia de que estas são efetivamente ‘verdes’, e não apenas ‘pintadas de verde”, acrescenta.

Um fator que, segundo o BdP, dificulta o combate ao *greenwashing* prende-se com o facto de os projetos de investimento sustentável “apelarem a modalidades de financiamento direto e muito descentralizado, através do mercado de capitais, porque envolvem tipicamente tecnologias inovadoras, impõem custos significativos em Investigação e Desenvolvimento (I&D), são muito intensivos em capital e têm horizontes de concretização e retorno muito longos”, o que os torna menos enquadráveis no financiamento mais tradicional do crédito bancário.

Não obstante, o BdP garante estar “empenhado em contribuir para os esforços empreendidos no sentido de desenvolver reportes de informação ambiental que sejam completos, úteis e consistentes”, num trabalho de acompanhamento e contribuição ao que está a ser delineado a nível europeu e global.

Por sua vez, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) diz ao JE que o conhecimento sobre fatores de interferência é importante num sentido de salvaguardar a confiança dos investidores. “Nesse sentido, as ‘finanças verdes’ já ascenderam a um patamar de visibilidade que as torna suscetíveis de impactar as decisões dos investidores na atualidade, e de forma crescente no futuro próximo – cimentando-as como relevantes para a gestão de riscos, de carteiras de investimento e para a definição de políticas para as mesmas”, considera o regulador de seguros.

Quanto aos setores segurador e de fundos de pensões, a ASF diz que essa sensibilidade encontra-se estabelecida ao nível dos agentes de mercado. “Em particular, tendo em conta o papel de grandes investidores institucionais destes setores, dirigiram-se esforços no sentido de diagnosticar a sensibilidade destas carteiras a riscos físicos e de transição”, salienta a ASF, vincando que é importante investigar o impacto de fatores ambientais a nível sistémico na conduta dos investidores.

“Os reguladores e autoridades de supervisão, tanto a nível nacional, como europeu, vêm desenvolvendo iniciativas no sentido de explorar os pontos de contacto entre as finanças verdes e as cadeias de valor, incluindo numa ótica de risco, acomodando na moldura prudencial aplicável ao setor a vertente climática”, salienta a ASF, destacando, por exemplo, a introdução de cenários climáticos em exercícios de stress test, bem como a inclusão deste tipo de cenários, a breve trecho, nos exercícios de autoavaliação do risco e da solvência pelas próprias empresas de seguros. ■

Na liderança para um futuro mais sustentável



JOÃO VEIGA ANJOS
Head do Santander
Corporate Investment
Banking Portugal

Falar de finanças verdes é falar do nosso futuro. É garantir a sustentabilidade das gerações de amanhã. E nós, enquanto Banco, temos o dever e a capacidade de apontar o caminho para essa transição, incentivando as pessoas e as empresas a serem mais sustentáveis. No Santander, queremos desempenhar um papel de liderança na transição para uma economia de baixo carbono, apoiando um crescimento inclusivo e sustentável e tendo em conta os riscos e as oportunidades sociais e ambientais que o financiamento verde apresenta. Temos vindo a trabalhar para alinhar a nossa carteira com os objetivos do Acordo de Paris, começando com os setores com uma exposição mais relevante ao clima (tais como a geração de energia elétrica e a mineração de carvão térmico). Além de mantermos o firme compromisso de atingir zero emissões líquidas de carbono até 2050 e de, já em 2020, termos conseguido alcançar a neutralidade carbónica através da participação em projetos que proporcionam os créditos de carbono necessários para compensar as nossas emissões, recentemente anunciamos três novos objetivos intermédios de descarbonização das nossas carteiras com horizonte temporal de 2030: redução de 29% das emissões absolutas financiadas no setor da energia; redução de 33% da intensidade das emissões financiadas no setor da aviação e de 32% no setor do aço. No princípio deste exercício, adicionalmente, o Grupo tornou público o seu objetivo de redução de 46% das emissões financiadas no setor da geração de energia elétrica. Além de dar o exemplo, o que importa para o Santander é apoiar os nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono, em linha com o objetivo do Grupo de financiamento verde no valor de €220 mil milhões até 2030.

Nesse sentido, durante o primeiro semestre do ano, voltámos a afirmar o nosso estatuto de líder no apoio aos grandes projetos empresariais. Neste período, o Grupo foi o líder mundial no financiamento de energias renováveis com um montante total de €2,400 mil milhões. No mercado nacional, o Santander liderou igualmente no financiamento da transição energética da economia Portuguesa, entre os quais se destacam:

- O apoio à Onex Holdings na aquisição de um portfólio de 5 parques eólicos da EDP, com 221MW de capacidade instalada, financiando a totalidade de um pacote de dívida de €362 milhões;
- O apoio de €220 milhões à Generg, do grupo Total Eren, refinanciando a totalidade da dívida do seu principal portfólio de energias renováveis.

Também durante este período, a nossa área de Corporate & Investment Banking teve um papel determinante na apresentação de soluções inovadoras e dinamizadoras dos objetivos de descarbonização da economia Portuguesa. Algumas dessas iniciativas foram:

1) A assessoria financeira aos primeiros projetos industriais que incluíram o Hidrogénio verde na sua cadeia produtiva;

2) E o lançamento da primeira solução de Confirming Sustentável em Portugal, numa parceria com a Sonae, com vista a oferecer aos seus fornecedores condições especiais em função da sua classificação ESG, obtida através da EcoVadis. Tratou-se do primeiro programa do género celebrado entre a banca e uma empresa com atividade no retalho em Portugal, num total de €60 milhões.

Assessorámos ainda a EDP, enquanto Sustainability Coordinator, na contratação da sua primeira Sustainability-linked facility, no montante de €3,650MM, junto de 25 Bancos nacionais e internacionais, naquela que foi a maior facilidade de crédito verde contratada até agora em Portugal.

O Santander reforçou também a sua posição de liderança em assessoria financeira em transações de M&A e Equity Capital Markets no setor de energias renováveis em Portugal. Nesta área, destacam-se:

- A atuação como assessor financeiro no spin-off da participação da Altri na Greenvolt e como Global Coordinator do aumento de capital de €100 milhões da Greenvolt;
- A atuação como assessor exclusivo da Igneo Infrastructure Partners nas aquisições dos parques eólicos da EDF e da Brookfield em Portugal (600 MW, no seu conjunto) e assessor da Glennmont Partners na venda de portfólio solar de 30 MWp.

É de salientar que realizamos todas estas operações seguindo políticas muito claras e rigorosas em matéria de integração dos riscos climáticos, ambientais, sociais e de governo no processo de tomada de decisões, nomeadamente de investimentos, despesas correntes e concessão de crédito. Desenvolvemos um

trabalho interno de catalogação de todos os nossos ativos em balanço, por potencial impacto mais ou menos positivo nos pilares ambientais, sociais e de governo (ESG). Por outro lado, fazemos uma avaliação prévia sobre potenciais impactos ambientais de todas as operações de financiamento de grande dimensão ou de setores críticos.

Desde o dia 2 de agosto, e de acordo com a nova Regulamentação Europeia Green MiFID II e Green IDD, o Santander está a considerar as preferências dos clientes em termos de investimento sustentável, nomeadamente ESG, no âmbito da prestação de serviços de consultoria para investimento e gestão de carteiras.

Ou seja, para além das preferências em termos de objetivos de investimento, incluindo a tolerância ao risco e o horizonte temporal, já anteriormente questionadas ao cliente, o Banco pergunta agora também quais as suas preferências em termos de investimento sustentável, para que as mesmas sejam incorporadas nas propostas de investimento apresentadas aos clientes, ou na gestão das suas carteiras.

No Santander, estamos empenhados em contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, sem comprometer o respeito por critérios ambientais, sociais e de boa governança, pois só assim esse desenvolvimento será sustentável.

com o apoio  **Santander**



ESTUDO

Descarbonização das financeiras implica caminho bem delineado e realista

Apesar dos desenvolvimentos recentes na definição de métricas padronizadas para a avaliação de objetivos de neutralidade carbónica, o caminho a percorrer para o 'net-zero' é ainda longo, refere a EY.

JOÃO BARROS
jbarros@medianove.com

A transição para uma economia neutra em emissões de gases com efeito estufa exige um compromisso sério dos vários agentes, em particular as grandes empresas, que se deparam com dificuldades frequentes em várias fases deste processo. A EY delineou, na antecâmara da Cimeira sobre Alterações Climáticas de Glasgow (COP26), um plano de quatro passos para ajudar a guiar as organizações na descarbonização, lançando ainda recomendações específicas para o sector agrícola, de bens de consumo e tecnológico.

Frisando a necessidade de manter a adaptabilidade face aos objetivos e à rápida evolução da tecnologia e ferramentas usadas, a EY sugere quatro etapas para os planos de descarbonização das empresas financeiras: mapeamento, definição de objetivos, implementação e comunicação.

Numa primeira fase, importa compreender as emissões decorrentes de cada operação, de forma a definir objetivos mensuráveis e realistas para a organização. A implementação apresenta-se como a fase mais desafiante para as empresas, reconhece a EY, dado o seu impacto nas decisões do dia-a-dia, e, finalmente, há a necessidade de reportar os processos incorridos e os seus resultados a todos os impactados.

Assim, a EY argumenta que qualquer estratégia de descarbonização deverá assentar numa capacidade da empresa de avaliar "o atual e futuro estado da transição de clientes, investidores e ativos", os "trade-offs entre considerações económicas, sociais e ambientais de curto e longo-prazo", bem como os "efeitos em cadeia das de-

cisões de descarbonização nas relações com clientes, performance operacional e reputação da marca".

Um dos principais desafios prende-se com a falta de métricas standardizadas para quantificar impactos de emissões, apesar dos desenvolvimentos recentes neste capítulo (como a Parceria para Contabilidade Financeira de Carbono), que "ainda estão atrasadas em relação às exigências do mercado".

A postura das empresas do sector financeiro perante esta problemática também se tem vindo a alterar, com a EY a destacar

"abordagens com mais nuances" que se distanciam do ultrapassado paradigma de "desinvestir ou envolver-se". Estas baseiam-se no reconhecimento que estas duas posições "representam os pontos finais de um espetro que inclui o financiamento de soluções climáticas, escalamento de novos ativos e o suporte estruturado e firme" à transição.

Para as instituições financeiras, continua o estudo, é possível ainda adotar estratégias multi-ativos, que podem passar por refinanciamentos que troquem dívida convencional por títulos verdes, abordagens coletivas ou novas soluções inovadoras, com as organizações "a pensarem cada vez mais fora da caixa".

"Acima de tudo, a capacidade das financeiras de refinar as suas técnicas de implementação dependerá de uma compreensão profunda dos caminhos de transição de algumas indústrias chave", conclui o estudo.

Três exemplos práticos

Assim, importa contextualizar as dificuldades, tendências e objetivos em cada sector. A EY adiante algum trabalho, ao analisar a fileira agrícola, de bens de consumo e tecnológica, destacando as especificidades de cada abordagem.

No sector primário, várias disrupções nos últimos anos têm agravado o desafio de descarbonização, desde a pandemia até à guerra iniciada pela Rússia na Ucrânia. Por outro lado, é uma atividade cada vez mais regulada e com proximidade das empresas ao Estado, alé de enfrentar consumidores cada vez mais conscientes em termos ambientais e de saúde.

Os objetivos numa área como esta são imediatos: o financiamento de novos equipamentos e de geração de energia renovável. No en-



tanto, uma dificuldade clara vem da dimensão das empresas, o que cria a necessidade de incentivos a fusões e aquisições, de forma a ganhar escala.

Os bens de consumo caracterizam-se por margens bastante espremidas, por uma importância crescente do marketing e pela sensibilidade à confiança dos consumidores, que são cada vez mais influenciados por questões ambientais e de sustentabilidade.

Além da necessidade óbvia por instalações mais eficientes, este sector oferece às instituições financeiras a oportunidade de influenciar outros agentes ao longo da cadeia de valor, como fornecedores ou transportadores, identifica a EY. O maior desafio, ainda assim, prender-se-á com a necessidade de reformular as embalagens, onde se gera muito desperdício e as tecnologias mais recentes têm dado sinais dúbios em relação à sua utilidade.

Finalmente, olhando para o sec-

tor tecnológico verifica-se um apetite pelo risco superior ao da generalidade das atividades, com margens sólidas e uma forte cultura de investigação e desenvolvimento (I&D) e inovação. No entanto, há a necessidade de desenvolver ferramentas menos intensivas em energia, nomeadamente soluções cloud, ao mesmo tempo que os governos se vão envolvendo mais na regulamentação do espaço virtual.

O uso de terras raras, por exemplo, apresenta-se como uma ameaça à sustentabilidade deste sector, bem como a necessidade de arrefecimento de servidores ou a reciclagem de materiais antigos, nota a EY, o que torna alguns aspetos deste problema específicos à área tecnológica. O financiamento de I&D através de dívida é complicado, até pelas "dificuldades das instituições financeiras em compreender inovações", pelo que a monitorização assume uma importância acrescida. ■

INFOGRAFIA

QUATRO PASSOS PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA

O desafio da descarbonização exigirá uma abordagem estruturada das empresas, numa lógica de reavaliação dinâmica de objetivos e de adaptação a tecnologias em constante mudança.

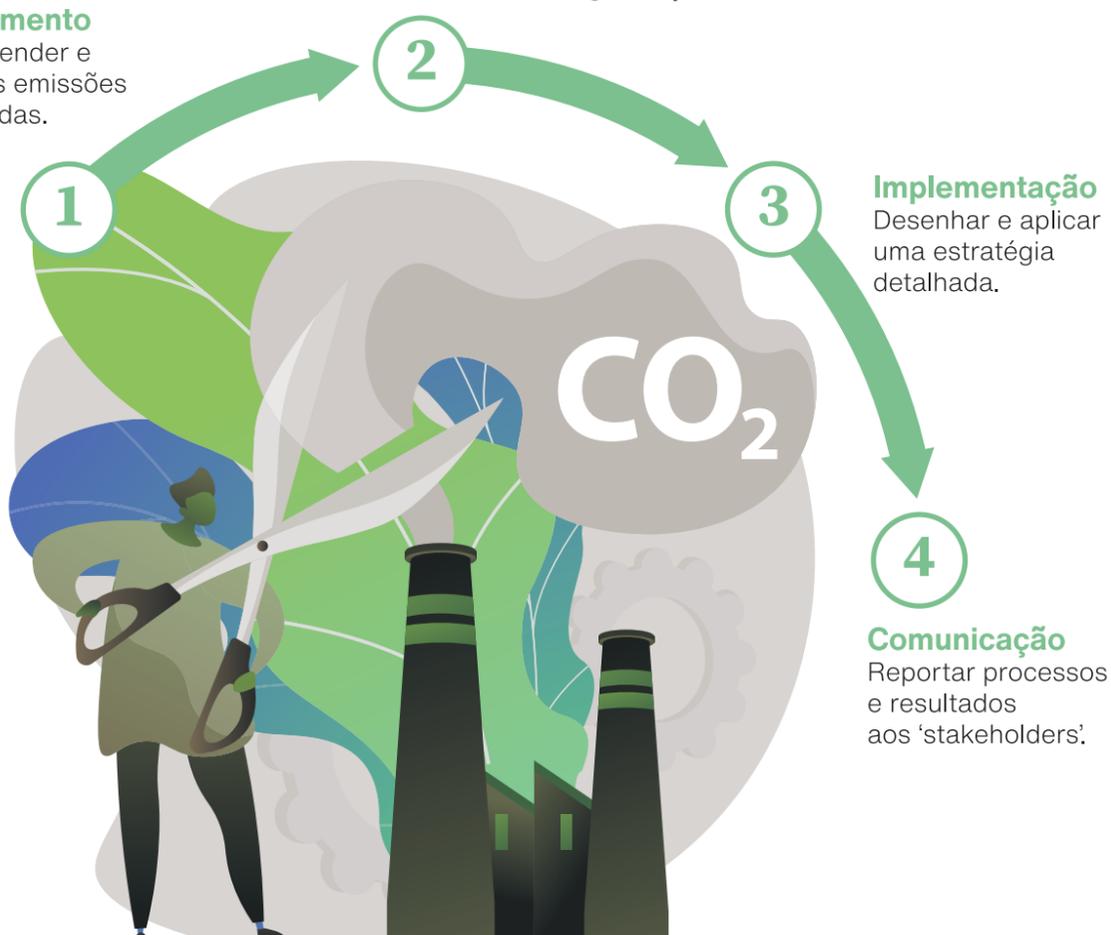
Fonte: Estudo EY: Why transition pathways are critical to net-zero success



peamento
Compreender e
medir as emissões
operacionais.

Definição de objetivos

Desenvolver ambições baseadas em ciência em toda a organização.



Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

OPINIÃO

ESG – prioridade para BCE e EBA. Como estão os bancos?



Inês Vieira
Manager, Financial Services Consulting, EY

A atenção crescente dos supervisores sobre o imperativo dos fatores de risco ESG nos bancos tomou proporções ainda mais relevantes, quando, tanto a Autoridade Bancária Europeia (EBA) como o Banco Central Europeu (BCE) o consideram como uma das principais prioridades para os próximos anos, no sentido de forçar o setor a ser motor de transformação ESG ao mesmo tempo que assegura a integração nas frameworks prudenciais existentes. A regulação e supervisão para a gestão dos fatores de risco ESG veio para ficar. Perante este cenário: estarão os Bancos a corresponder?

No final do ano passado, o BCE publicou a sua primeira revisão sobre os progressos e planos de 112 instituições significativas, das quais se incluem três portuguesas, contra as 13 expectativas de supervisão para a gestão e divulgação dos riscos climáticos e ambientais (C&A). A análise mostra que o ritmo do progresso é lento e insiste em serem tomadas medidas decisivas para colmatar as deficiências até ao final de 2022 em toda a linha de integração nas frameworks de risco. Nenhuma instituição está perto de alinhar plenamente as práticas e alegam a falta de dados como um dos principais entraves. A acrescentar, apenas metade dos bancos identificou os riscos C&A como materiais para a sua instituição, reconhecendo que terão um impacto significativo no negócio nos próximos três a cinco anos. Em Portugal, o BdP seguiu o exemplo e estendeu as expectativas e questionários da gestão destes riscos às instituições menos significativas, não esperando resultados mais favoráveis.

Este ano fica também marcado pelo 1.º exercício de testes de esforço climático do BCE. Apesar dos progressos, os resultados mostram que a maioria ainda não incorpora o risco climático nos seus testes de esforço, nem nos seus modelos de risco de crédito e apenas 20% os considera como uma variável na concessão. O BCE alerta ainda para a elevada exposição dos bancos a indústrias intensivas em Gases de Efeito de Estufa (GEE), com mais de 60% dos rendimentos provenientes de clientes empresariais e centrados num pequeno número de grandes contrapartes, o que aumenta a exposição a riscos de transição. Os resultados não terão, para já, impacto direto nos requisitos do Pilar 2, mas serão integrados no SREP (Supervisory Review and Evaluation Process) de forma qualitativa.

Por outro lado, os requisitos continuam com a EBA a lançar recentemente a discussão sobre o papel dos riscos ESG no quadro prudencial, focando nos requisitos de capital e de divulgação.

Estas conclusões mostram a necessidade de acelerar o passo na integração dos fatores de risco ESG nas suas frameworks de gestão, particularmente considerando que os pioneiros terão necessariamente de encarar um processo de transformação holística que traz claras vantagens de negócio, pelo posicionamento que permite nos novos produtos e serviços, pela gestão proativa das carteiras atuais e pelo avanço para quando os requisitos apertarem, em particular com maior enforque nas componentes social e de governo. ■



Estas conclusões mostram a necessidade de acelerar o passo na integração dos fatores de risco ESG nas suas networks de gestão

ENSINO SUPERIOR

Finanças sustentáveis estão a entrar na oferta formativa

ISEG e Nova SBE estão na dianteira do ensino e investigação em finanças sustentáveis no país. As duas escolas têm vindo a lançar iniciativas inovadoras que traduzem a importância das suas apostas nesta área.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

É opcional e está aberta a todos os alunos dos programas de mestrado. A cadeira em finanças sustentáveis (sustainable finance) lançada pela NOVA School of Business and Economics (Nova SBE) ainda antes da pandemia foi a primeira em Portugal e traduz a relevância que esta Escola dá ao ensino da sustentabilidade e, em particular, à sua vertente financeira.

Entre 150 a 200 alunos escolhem anualmente frequentar a disciplina, revela ao Jornal Económico (JE) Miguel Ferreira, Responsável pela Cátedra BPI | Fundação “la Caixa” de Finanças Responsáveis da Nova SBE. O interesse dos alunos reflete uma nova realidade. Uma parte significativa do mercado de capitais avalia neste momento, já, o perfil ambiental, social e de governança corporativa de ativos financeiros para tomar decisões de investimento ou de crédito, explica o professor, salientando que, muito em breve, deixará de ser possível fazer este tipo de operações sem ter em consideração os temas ligados à sustentabilidade.

“Um gestor, um economista, um profissional do mercado financeiro, tem que estar munido de ferramentas para ajudar as empresas a tornarem-se mais responsáveis e sustentáveis nas três vertentes ESG — ambiental, social e de governança”, afirma.

Imbuída do propósito de preparar os alunos para as grandes tendências económicas e financeiras, como a inovação tecnológica ou as questões ligadas à sustentabilidade, a Nova SBE lançou, nos últimos tempos, um importante conjunto de iniciativas. Na área do ensino, Miguel Ferreira destaca ainda a introdução de tópicos de finanças sustentáveis em várias cadeiras obrigatórias aquando da recente revisão dos currículos. Finanças da Empresa e Investimentos Financeiros, que integram o curriculum do mestrado em Finanças - 11.º melhor do mundo e 9.º da Europa, segundo o Financial Times, são dois exemplos.

O tema das finanças sustentáveis também integra o portefólio para executivos da Nova SBE. A formação intensiva, com duração de três dias, destina-se, no geral, a todos os quadros das empresas que interagem com “stakeholders”.



Foto: Ceadida

Ao ensino junta-se a vertente da investigação. A Cátedra BPI | Fundação “la Caixa” de Finanças Responsáveis promove e aprofunda o estudo de tópicos relacionados com a área das finanças sustentáveis. Exemplos? Como pode o aumento da temperatura afetar a produtividade dos trabalhadores? Como podem os eventos meteorológicos extremos afetar a capacidade de uma empresa de oferecer produtos no mercado?

A Cátedra já vai no terceiro “prolongamento” e está focada nas finanças sustentáveis. “Evoluiu para dar resposta aos desafios que as empresas enfrentam e às ten-

dências do mercado”, justifica o professor.

Casa cheia no ISEG

Também no ISEG, a sustentabilidade é uma área de forte aposta. Em plena pandemia, a centenária Escola do Quelhas lançou um programa executivo pioneiro em Portugal sobre finanças sustentáveis, que não mais parou de realizar. A procura e o interesse por parte de empresas de diversos sectores da sociedade permitiu avançar já este ano com duas edições de Sustainable Finance: Green and Climate Finance, uma na Primavera e outra em setembro.

“A prova da qualidade do programa pode ser comprovada pelo facto deste curso se ter iniciado em 2020 e termos conseguido sempre ter salas com um número de alunos entre os 35 e 45”, revelam Sofia Santos e Vítor Barros, coordenadores do programa, ao JE.

“É um tema que as empresas financeiras e não financeiras têm urgência em saber mais, pois é novo e não existe muita oferta substantiva que conjugue a componente científica ambiental com a componente económica e de gestão, como o nosso curso de Sustainable Finance no ISEG”, explicam.

Helena Maria Rocha, diretora Adjunta | Sustentabilidade: Estratégia e Comunicação do BPI, fre-

quentou o programa e fala-nos de “um desafio profissional e uma expectativa de aprendizagem superada”. Destaca, entre outros, os “conteúdos atuais, oradores convidados relevantes” e dá nota especial aos professores “no despertar da curiosidade, incentivo à busca e à partilha de experiências”.

Paulo Oliveira, da área de Risco de Crédito do Santander, também foi ao Quelhas ao encontro de mais conhecimento. “O ISEG conseguiu reunir num único programa importantes conteúdos de formação de base (plurais e de enorme amplitude internacional) e partilha da experiências com “players” e “stakeholders” dos sectores envolvidos”. Tudo em ambiente descontraído e com networking, mas mais importante de tudo, destaca: “sobre um designio muito importante para a humanidade”.

Na edição em curso, além de informação atualizada sobre os regulamentos e diretivas europeias, o programa disponibiliza uma série de webinars com convidados internacionais que têm uma grande experiência em trabalhar as diferentes áreas de financiamento sustentável. “Iremos ter testemunhos de várias partes do globo, com o objetivo de os participantes conseguirem compreender o amplo espaço que este tema ocupa à escala mundial”, acrescentam. ■



Miguel Ferreira
Responsável pela Cátedra BPI | Fundação “la Caixa” de Finanças Responsáveis da Nova SBE



Sofia Santos
Co-coordenadora do programa de Sustainable Finance: Green and Climate Finance do ISEG



Victor Barros
Co-coordenador do programa de Sustainable Finance: Green and Climate Finance do ISEG



Paulo Oliveira
Risco de Crédito - Banca Comercial Riscos ESG e CCR do Santander



Helena Maria Rocha
Diretora Adjunta | Sustentabilidade: Estratégia e Comunicação, Direção de Comunicação, Marca e Sustentabilidade do BPI

Grande parte do mercado de capitais já avalia o perfil ambiental, social e de governança corporativa de ativos financeiros para tomar decisões de investimento ou de crédito

O Jornal Económico não mudou,

O conhecimento de sempre,
agora com uma experiência de leitor
personalizada, edição diária digital
e convergência de formatos.

transformou-se.

Descubra a melhor forma
de estar informado
em jornaleconomico.pt



O conhecimento transforma.

FÓRUM

Fórum Ambiente e sustentabilidade

A políticas ambientais e de sustentabilidade das empresas têm cada vez mais relevância. Há quem defenda que estas medidas têm sido menos simplificadas do que seria realmente desejável. **POR BIANCA MARQUES**

1. As políticas ESG deviam ter uma abordagem mais simplificada para as empresas?



SOFIA SANTOS
Especialista em finanças climáticas do ISEG

Em primeiro lugar temos de compreender porquê que estamos com tanta regulação a nível de ESG: o objetivo é fazer com que a temperatura do planeta não suba mais do que 1,5°C em 2050, e para isso é necessário atingir a neutralidade carbónica em 2050. Em segundo lugar temos de compreender o custo que vai ocorrer se nada for feito, e segundo um estudo da Swiss re, se nada mudarmos e a temperatura aumentar mais do que 2,6°C (que é a trajetória atual), o PIB mundial pode baixar 18% e na Europa 10%. Em terceiro lugar, os cenários desenvolvidos pelos bancos centrais de vários países no âmbito da Network for Greening the Financial System, concluem que o cenário que tem menores custos é aquele em que a regulação ocorre mais cedo e que existe uma mudança atempada na forma de se gerir os impactes, de forma originar menos riscos físicos, o chamado cenário Ordeiro. Por fim, relembrar um dos resultados da análise dos testes de stress climático realizados este ano na Europa e publicado pelo BCE afirma que a projeção de Loan Losses nas próximas 3 décadas é menor no cenário Ordeiro; aumenta no cenário desordenado onde a regulação demora mais tempo a acontecer e é dramático se nada fizermos. Com base na ciência e nestes estudos realizados por entidades fidedignas e de da área financeira, eu diria que o ESG não pode ter uma abordagem mais simplificada para as empresas, pois isso trará um custo muito mais elevado para elas e para a economia dentro de 10 anos. Sofia Santos, Sustainability Champion in Chief na Systemic e professora no ISEG.



ANTÓNIO REBELO DE SOUSA
Presidente da SOFID

As políticas que têm sido adotadas, por um lado, têm sido menos simplificadas do que seria realmente desejável. Mas, por outro lado, penso que devia haver uma política energética de longo prazo e uma política virada para a sustentabilidade da economia portuguesa a longo prazo e isso não acontece e é um grande problema. Não é uma perspectiva de curto prazo é de realmente haver uma abordagem mais especificada ou menos especificada para as empresas. É que não existe de facto, neste momento, um planeamento estratégico a longo prazo no sector da energia, como noutros sectores. Não existe também hoje em dia de facto um conjunto de instrumentos que permitam implementar uma política de longo prazo. Porque não temos um banco de investimento que funcione de forma adequada porque não temos a entidade que faça a ligação às empresas em termos de clusters. Portanto, também não temos adotado políticas com uma adequação adequada entre um instrumento de planeamento do país, porque não temos sequer uma direção central de planeamento e as entidades que lidam com a comissão europeia para obtenção dos fundos comunitários. Isto aplica-se quer em termos de plano de reestruturação e resiliência, quer em termos do chamado Portugal 20-30. Portanto, o problema mais grave no nosso país não é propriamente isto, das políticas ESG para empresas. O facto que não haver uma linguagem mais simplificada para as empresas perceberem o que está em causa, embora isso também seja importante. Não existe, de facto, um planeamento estratégico do sector energético da economia que terá de contemplar também essa realidade, que é o relacionamento com as empresas.



JOÃO DUQUE
Especialista em Economia

Na questão dos problemas das políticas climáticas e de sustentabilidade creio que não estamos muito mal. Basta [verificar] a definição das variáveis e das métricas para essas variáveis. É difícil quantificar para saber se estamos a cumprir objetivos, porque é preciso avaliá-los e depois perceber se estamos ou não a cumpri-los. Nessa medida, eu diria que sim, acho que nós podemos ter aqui um problema que não é tanto de simplificação de linguagem, mas é de concretização das variáveis que possam ser usadas para o cumprimento de certos objetivos. Isso é que pode ser difícil. Por exemplo, a deteção de emissões de partículas poluentes é fácil detectar, põem-se um contador, que é uma coisa física, e pronto. Agora, ao nível da sustentabilidade do negócio isso é muito mais difícil. Particularmente no que toca a criar métricas que sejam depois universais. É muito difícil, e é por isso que digo que a simplificação pode ser uma via, mas não há garantias que essa simplificação consiga alguma coisa no fim. O que é super importante é consideramos alcançar um objetivo. Agora, será que a simplificação vai influenciar positivamente o nível de atingimento dos objetivos? Tenho dúvidas.



MARIA JOÃO VAZ
Sustainability Director da Mazars em Portugal

A sustentabilidade é simples, na medida em que tudo o que as empresas fazem pode ser considerado sustentabilidade. Estamos a falar de três pilares essenciais, o ambiental, o social e o económico, que mais recentemente foi substituído pelo governança – a tão falada sigla ESG (Environmental, Social, Governance). Todas as empresas têm como objetivo ter lucro, logo as questões económicas são o seu motivo de existência. Mas será possível ser economicamente sustentável e ter um produto de qualidade, se estivermos a poluir o ambiente, a causar danos nos colaboradores e a não ser éticos? Kofi Annan, quando foi Presidente das Nações Unidas, proferiu uma frase interessante sobre o desenvolvimento sustentável: “Não estamos a pedir às empresas para fazerem coisas diferentes, estamos apenas a dizer que as façam de forma diferente”. E na realidade é tão simples quanto isto. As empresas têm que deixar de gerir a sustentabilidade como uma área à parte e integrá-la nas suas estratégias de negócio. Não pode haver duas estratégias. Trabalha-se muito para os rankings e para o marketing, mas na realidade também existe muito *greenwashing*. A sustentabilidade já faz parte dos valores defendidos pelas novas gerações. Há que ter um propósito e as empresas ou acompanham ou ficarão sem recursos num futuro breve. Os CEO têm de ter uma visão integrada de forma a conseguirem criar valor de forma responsável. Quando isto acontecer, deixaremos de falar em sustentabilidade e todos os fatores ESG estarão no coração e no ADN das empresas. É simples.



FERNANDO CHAVES
Risk Specialist da Marsh McLennan Portugal

Entendemos que os compromissos que as nações e as organizações têm para com o Ambiente (E) e a Sociedade (S), assim como a necessidade de adotarem políticas de Governo (G) alinhadas com as melhores práticas, não são um assunto de agora e a experiência adquirida vem ajudar na resposta aos requisitos de ESG presentes e futuros. A União Europeia assumiu um papel de liderança nesta matéria e na urgência de demonstrarmos as medidas implementadas que nos permitirão acelerar e cumprir com o Acordo de Paris (reforçado em 2022 em Glasgow na COP 26). Notamos, ainda assim, que a UE tem tido a preocupação de assegurar uma implementação progressiva, mais complexa e urgente para as empresas de maior dimensão ou com maior pegada carbónica, e, posteriormente, de uma forma mais simplificada para empresas de menor dimensão ou de menor impacto ambiental e social. De todo o modo, os modelos de reporting caminham a passos largos para uma estandardização, que permitirá, igualmente, um tratamento dos dados e escrutínio mais fácil dos níveis de compromisso. O Grupo Marsh McLennan tem, entre as suas empresas e áreas de atuação, desenvolvido serviços que permitem ajudar as organizações a simplificar e a acelerar o seu processo de transição e mitigação. Nesta matéria, damos particular destaque ao Marsh ESG Risk Rating, que permite dar às empresas, de uma maneira simples, o “estado da arte”, ajudando-as a priorizar a sua estratégia nos aspetos mais frágeis em cada momento. Finalmente, notamos que, tal como as empresas de serviços e consultoria estão a desenvolver capacidades e soluções para ajudar os seus clientes, também estes estão a criar os seus departamentos e comités de sustentabilidade, contratando e requalificando as suas pessoas para, mais do que assegurar uma resposta aos requisitos de ESG, transformar essa aposta numa enorme oportunidade.



GONÇALO LOBO XAVIER
Diretor-Geral Associação Portuguesa
de Empresas de Distribuição (APED)

Mais do que uma tendência, as políticas de ESG constituem um tema incontornável e decisivo para o presente e futuro das empresas, de todos os setores, sem exceção, com implicações concretas na sua operação, no relacionamento com os seus públicos, sejam clientes, fornecedores ou até com entidades financiadoras.

Na realidade, as políticas ESG são uma oportunidade para os negócios ao contribuírem para melhorar a produtividade, o nível de satisfação dos colaboradores, a capacidade de identificação e gestão de riscos externos, diminuir o risco regulatório e impulsionar a inovação. Cada vez mais o desafio das alterações climáticas exige uma ação concertada e um esforço coletivo de modo a ser possível atingir os compromissos ambientais assumidos pelo país, mas, mais importante que isso, para ser possível garantir um futuro às próximas gerações. A APED está a fazer a sua parte neste campo, estando a promover o Roteiro para a Descarbonização do Setor da Distribuição, uma iniciativa que posiciona o setor na linha da frente na resposta aos desafios climáticos. Existe ainda um caminho a percorrer, pelo que importa verificar as melhores práticas a nível internacional, planear iniciativas bem sustentadas, assentes em compromissos quantitativos e qualitativos, com objetivos e métricas claras e, acima de tudo, reforçar a comunicação e sensibilização às empresas. Isso passa também por criar momentos de literacia em sustentabilidade para as empresas, demonstrando, sobretudo às PME, que apostar em políticas de ESG não constitui mais uma atividade burocrática sem espaço face à necessidade de foco na operação diária da empresa, mas sim uma componente que tem de estar no centro das decisões, que tem impacto nas diferentes dimensões da atividade da empresa: pessoas, procedimentos, captação de clientes, relação com fornecedores e captação de financiamento para novos investimentos. Mas é importante também a clarificar as políticas e critérios no que toca à regulação das finanças sustentáveis.

É preciso encontrar um equilíbrio entre o rigor necessário para uma correta implementação e medição de ações.



VANIA SOARES
Business Development Manager
da Moneris

Mais do que simplificar as políticas ambientais, o grande desafio para as empresas é colocar as práticas sustentáveis no centro da sua estratégia de crescimento e desenvolvimento. É compreender e assumir que adotar práticas ambientalmente mais sustentáveis é positivo para o negócio. Cria valor, reduz dependência, traz vantagens económicas e financeiras.

No panorama empresarial português, há quatro elementos críticos que vão alavancar uma mudança de paradigma: os consumidores, o talento, o capital e as grandes empresas. Os consumidores, especialmente nas Gerações Y e Z, têm na sustentabilidade uma preocupação crescente e olham para as empresas e para as marcas com espírito crítico, esperando delas uma abordagem responsável, humana, transparente. Os colaboradores e o talento procuram organizações que partilhem os seus valores, que tenham um propósito claro e ponham em prática uma estratégia ambiental e socialmente sustentável.

O capital está, de forma crescente, mais facilitado e disponível para empresas sustentáveis. Quer se trate de dívida ou investimento, o capital será mais barato e mais abundante para aquelas empresas que produzem de forma responsável, tendo em conta a neutralidade carbónica, a transição energética, a economia circular, a biodiversidade e o respeito pelos direitos humanos. As grandes empresas, que fazem parte da cadeia de valor de muitas PME e micro empresas, têm mecanismos de controlo, avaliação e auditoria cada vez mais exigentes para os seus fornecedores, pois muitas estão já a reportar informação não financeira nos seus relatórios de gestão.

A sustentabilidade é hoje um conceito indissociável da competitividade nas empresas. mercado. As questões de ESG estão ganhar palco – e irão crescer cada vez mais – pelas exigências do próprio mercado.

moneris



Partilhamos a sua visão de futuro.

A Moneris tem uma abordagem focada no cliente, com uma oferta integrada de serviços e soluções que permite prestar às organizações um apoio de 360 graus na área da gestão, promovendo a excelência da informação financeira e a melhoria dos processos de tomada de decisão críticos para o seu sucesso.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios sustentada por, aproximadamente, 300 consultores.

Os nossos serviços são garantidos por equipas com um profundo conhecimento em todos os setores de atividade, o que permite que cada cliente beneficie do apoio de profissionais que entendem os seus desafios e o acompanham em cada obstáculo.

Conhecer bem os nossos clientes é para nós essencial, para que possamos responder proativamente às suas necessidades.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance –, com presença em mais de 100 países em todo o mundo ampliando a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

moneris.pt

A member of
msi Global Alliance
Independent legal & accounting firms

europa
áfrica
américa
ásia
oceania

portugal
lisboa
porto
faro
aveiro
bragança
leiria
santarém
setúbal
vila real
viseu



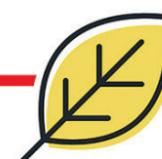
Eleve as suas competências em **sustentabilidade.**

Pós-Graduação em **Gestão da Sustentabilidade**

 124 horas

 Português

Em parceria com:



Executive Programme

Sustainable Finance: Green and Climate Finance

 56 horas

 Inglês

Com o apoio de:



Programa Executivo

Sustainability: A Corporate Journey

 24 horas

 Português

Em parceria com:



info@isegexecutive.education
(+351) 962 681 960 | 962 682 202

Mais informações e inscrições em
www.isegexecutive.education